

Ninguém tem coragem de propor recessão para arrumar o país

Mário Henrique Simonsen — “Tem o problema do gatilho, um acelerador de tendências. Como agora a inflação está em auge ele acelera ainda mais a escalada dos preços, o que torna a eliminação do gatilho salarial tecnicamente recomendável. A questão prática é como desarmá-lo, porque o Plano Cruzado trouxe o gatilho para os sindicatos, que queriam reajustes trimestrais. Só parece possível convencer os assalariados a abrir mão do gatilho em duas circunstâncias: com uma taxa de desemprego altíssima ou com uma hiperinflação que torne o gatilho inoperante, porque não poderá disparar mais de uma vez por mês se a inflação chegar a 20% mensais.

César Maia — é impressionante como nunca houve no Brasil um consenso como hoje em dia. Primeiro, todo mundo está de acordo com a situação, aqui retratada. Segundo, ninguém tem coragem de propor uma

“Por que a única medida preventiva sugerida para baixar a inflação é o fim do gatilho salarial?”

brutal recessão para resolver os problemas da economia. Então, tem de se buscar o entendimento nacional para enfrentar a conjuntura. A curto prazo o governo pode oferecer aos trabalhadores o salário mínimo, a política social como uma renda indireta e os investimentos em infra-estrutura necessária e em insumos básicos. Ao mesmo tempo, deve chamar os partidos políticos para uma discussão das questões de médio prazo, como o desenvolvimento agrário e não apenas distribuir terras em zonas de conflito, e a reforma financeira. Consegue-se uma trégua política para o governo enfrentar o curto prazo, porque nenhum de nós vai querer sustentar o gatilho salarial com uma inflação de 15% mensais.

Márcio Fortes — Estou animado com a conversa do César Maia. Quanto pior a crise maior a necessidade de entendimento. Acho que o partido, o PMDB, pode oferecer, em conjunto com lideranças de outros partidos,

uma série de tópicos a serem discutidos com objetividade e velocidade. Na questão dos salários, pode-se mexer no gatilho sem acabar com ele. Se constatar que o gatilho trará o empobrecimento geral de curto prazo, porque não passar o gatilho de 20% para 40%, sendo que a metade dos 40% vão para o trabalhador e a outra metade depositada numa poupança compulsória, mas com liquidez a curto prazo e prazo marcado para sacar.

Mário Henrique Simonsen — Você aumenta o custo e não cria demanda.

Márcio Fortes — Reempresta.

Paul Singer — Porque no momento em que todos os preços estão sendo reajustados e menos os salários, estamos concluindo que o gatilho vai acelerar a inflação?

Márcio Fortes — Não é isso. Os salários não dispararam, mas não estão congelados. Os salários aumentaram em algumas categorias, mas os funcionários públicos não foram aumentados.

Paul Singer — Recuperou-se um pouco o salário daquelas categorias. Haverá um novo disparo do gatilho, talvez em março, se não for desarmado. Por quê supor que a persistência do gatilho será grande fator de hiperinflação? Por que a única medida que se propõe a título preventivo contra a inflação é retirar o gatilho?

Márcio Fortes — Eu não estou propondo isso.

César Maia — Eu proponho desde o começo.

Paul Singer — Mas por que mexer no gatilho?

Márcio Fortes — Por que são muitos itens. Pode-se também mexer em outras coisas. Eu não posso acreditar que o Brasil, politicamente maduro, evoluído socialmente, internacionalizado como tende a ser e moderno em tantos setores, se deixe levar por imobilismos.

César Maia — É claro que o gatilho acelera a inflação; porque ela é uma média. As empresas recebem impactos diferenciados de aumento de suas matéria-primas e na hora em que aplico o gatilho o impacto é geral. Mas eu não propus simplesmente retirar o gatilho. Eu quero sustentar a base do salário, porque os Cz\$ 900 são uma situação de fome. A política social não tem desgaste inflacionário. Quando uma criança toma um copo de leite na escola a Cz\$ 2 a inflação é sobre o governo, não sobre o assalariado. Quanto mais se

conseguir neste momento inflacionário aumentar a renda do trabalhador através do gasto do governo menor será o impacto inflacionário.

Rogério Werneck — De onde vão sair os recursos?

Márcio Fortes — Essa é a minha diferença com César Maia. Eu não acredito em subsídios.

Rogério Werneck — Alguém vai ser taxado, em salários ou lucros.

César Maia — O gasto social pode ter a forma que você quiser. No final é subsídio. Se se ampliar a rede escolar para abranger todas as crianças e elas receberem um copo de leite, o trabalhador terá uma renda indireta.

Rogério Werneck — Não sou contra o leite das crianças ou a universalização do ensino. Só um louco seria contra o aumento do salário mínimo, mas deve se saber quem

“Trabalhador só abre mão de gatilho se houver hiperinflação ou alta taxa de desemprego no país.”

será penalizado. É isso que está faltando ao governo: saber alocar perdas. Ele só sabe alocar ganhos.

César Maia — Uma coisa é o Joãozinho ir à padaria e comprar pão. Outra é o governo comprar toneladas de pão. Qual você acha mais eficiente?

Rogério Werneck — O Joãozinho na padaria. Deveria ser o governo, mas não o é, infelizmente.

Paul Singer — Temos experiência na política governamental de orientar o investimento para determinados setores e vale a pena aprofundar. Mas outra coisa são os chamados gastos sociais, os subsídios que têm dois componentes horríveis. Um deles é a corrupção. Há gente no próprio governo que reconhece como a área mais corrupta da administração pública. Um outro problema é a transformação do assalariado de baixa renda em mendigo, em proletário romano à espera dos benefícios do Estado.